

GEOGRAFIA RURAL DAS NOVAS COLÔNIAS DO ALTO URUGUAI (RIO GRANDE DO SUL - BRASIL)

Comunicação do Sr. Raymond Pébayle (*)

Trad. Geógrafo Gilberto Lazare Rocha

Duas sociedades rurais estavam estabelecidas no Rio Grande do Sul no início deste século: no campo, os gaúchos, grandes proprietários, continuavam sua pecuária extensiva; na antiga região florestal do centro-leste do Estado, a pequena colonização saída da imigração europeia do século XIX concluía a fase dos desmatamentos. Só restava para concluir a ocupação do território rio-grandense, penetrar na vasta floresta que se estendia ao norte, por mais de 300 km, no interior do arco do Alto Uruguai. Esta tarefa apenas delineada no fim do século passado, passou a ser desenvolvida a partir de 1908, através da colonização dirigida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Comparada as primeiras fases de colonização até então realizada, essa última etapa de povoamento apresentava características novas. Ela devia ser feita numa região afastada e de clima sub-tropical (médias mensais de 25°C em janeiro e de 13,3°C em julho) com chuvas abundantes e bem distribuídas durante o ano.

Duas coberturas florestais dividiam uma topografia cada vez mais acidentada em direção ao norte. A floresta clara de araucárias cobria os planaltos mais elevados a leste do rio Passo Fundo, enquanto a oeste as espécies sub-tropicais ocupavam uma parte do antigo território das Missões Orientais do Uruguai.

Por seu turno, os homens, os pioneiros, não contavam senão com uma pequena proporção dos colonos estrangeiros recém chegados. Eles representavam, antes, o excedente de antigas colônias, uma segunda ou terceira geração muito numerosa, incapaz de subsistir no quadro dos lotes originais de 50 hectares. Neste novo estilo de colonização, elementos nacionais deveriam, pela primeira vez, se misturar aos colonos de origem estrangeira, mais para promover uma tradição de agricultura entre os gaúchos desprovidos de terras do que para combater a conhecida tendência dos colonos europeus de isolamento no seio da sociedade tradicional. Os lotes concedidos possuíam 25 hectares, mas de-

veriam ser melhor distribuídos em função da topografia e dos recursos em água. Finalmente, para romper o isolamento de uma região inacessível por via fluvial, previu-se um intenso programa de construção de ferrovias, de estradas e de centros de colonização.

Dessa colonização orientada simultaneamente pela experiência dos colonos e pela prudência de seus legisladores, poder-se-ia esperar uma verdadeira criação. Talvez uma visão da geografia rural atual do Alto Uruguai nos permitirá um conhecimento de mais de cinquenta anos dessa ação combinada do Homem sobre um meio natural muito hostil. (fig. 1)

1. PAISAGENS RURAIS E SISTEMAS DE CULTURA

As atuais paisagens rurais mostram que meio século de desmatamentos e de culturas foram suficientes para fazer desaparecer a árvore de todas as vertentes

acessíveis. Executadas algumas reservas territoriais, a floresta primitiva não se encontra senão nas elevações, sobre as vertentes mais abruptas e, talvez, em alguns fundos úmidos. A marca de uma colonização dirigida repousa no traçado geométrico dos caminhos - os "travessões" - que seguem geralmente as linhas de cumeadas, nas quais se reconhece, ainda, os limites retangulares dos lotes originais, geralmente compostos de uma parte da vertente e de outra, um fundo de vale. A esses dois tipos de terreno correspondem, quase sempre, dois tipos de ocupação do solo: os fundos úmidos e os declives inferiores são sobretudo reservados às pastagens naturais; as vertentes são divididas entre as culturas e uma formação arbustiva: a "capoeira". Foi igualmente no contato desses dois terrenos que o colono resolveu instalar seu habitat. As exceções a este princípio de colonização se explicam pela atração das estradas responsáveis pelos raros casos de agrupamento sob a forma de lugarejos e de pequenas cidades.

(*) Publicada no Bulletin de l'Association de Géographes Français n°s 350-351, janeiro-fevereiro de 1967.

Os desmatamentos iniciais foram realizados segundo os processos clássicos da derrubada sumária seguida de queimadas. As explorações atuais se realizam em regime de tenência direta e tem uma extensão média de 19 hectares. A divisão das propriedades foi mais notável na metade ocidental do Alto Uruguai onde as explorações com menos de 10 hectares cobrem 7 a 22% das superfícies cultivadas (fig. 2). Dessas, menos de 10% são ocupadas pelas propriedades com mais de 100 hectares. O milho, cultivado em todas as terras de vertente, constitui a base de um sistema que permaneceu fundamentalmente policultural. Outras plantas: feijão preto, soja, mandioca, arroz do seco - são associadas ao milho sob a forma de culturas intercalares. Esta prática de associação, sobre os mesmos campos, de cereais, de leguminosas e de raízes, representa o essencial da valorização do solo pelo colono. Este se contenta em dosar o número e a variedade das plantas por unidade

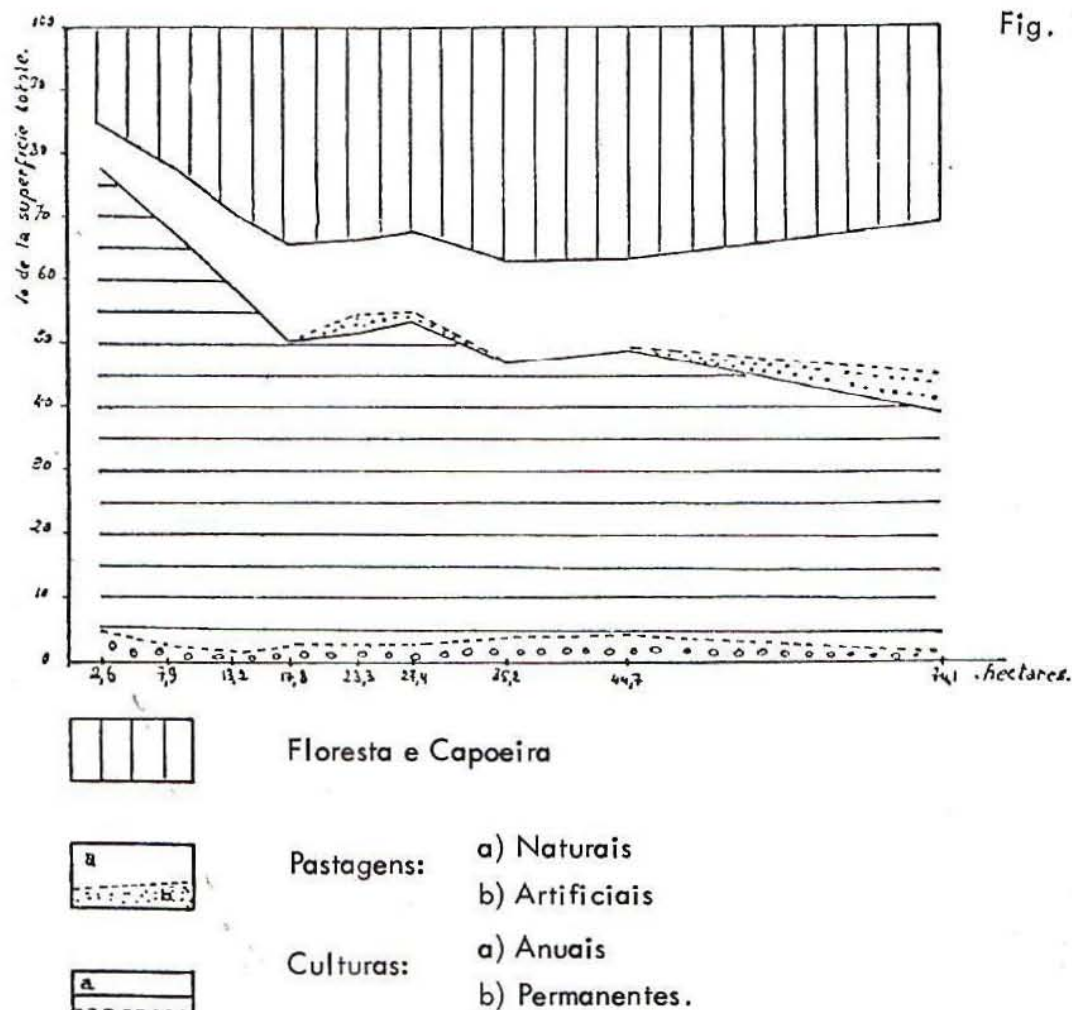
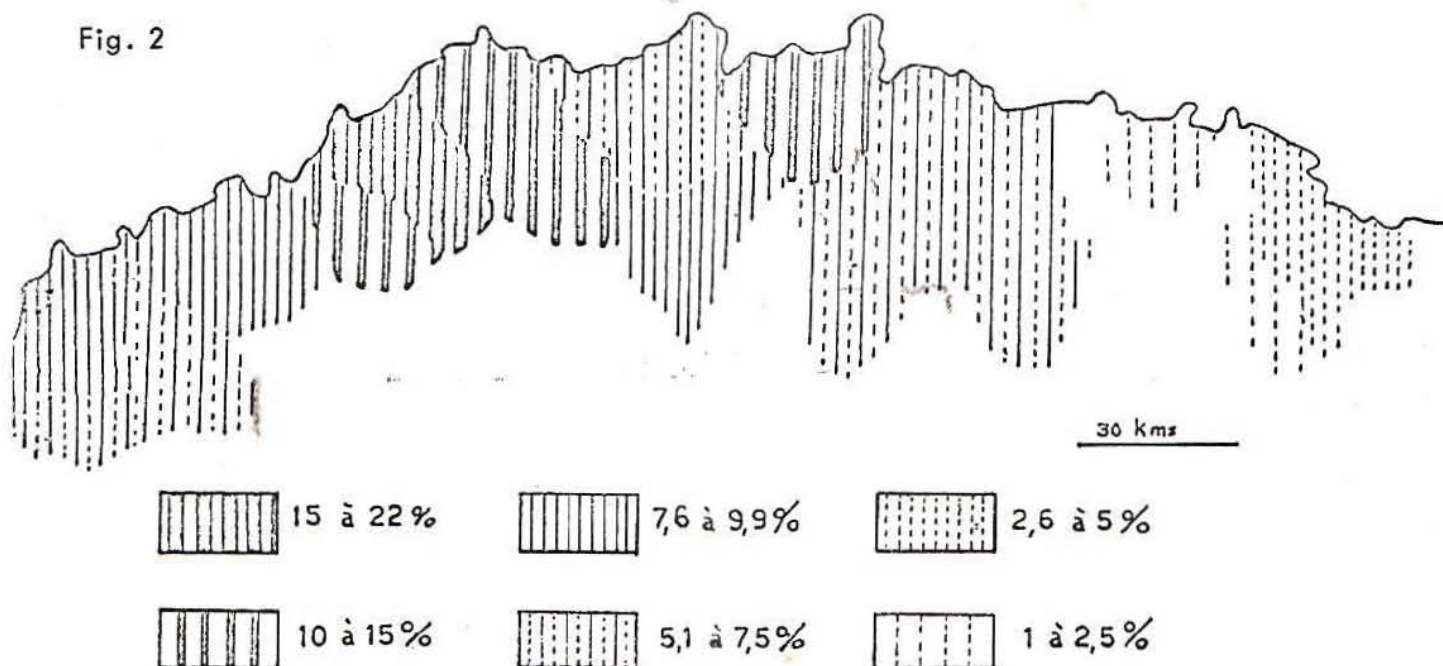


Diagrama da utilização do solo no Alto Uruguai. (dados extraídos do trabalho de Jose Itamar Sa)

Fig. 2



Percentagens das explorações com menos de 10 ha no Alto Uruguai. (Segundo dados da "Sinopse Preliminar do Censo Demográfico", Estado do Rio Grande do Sul, VII Recenseamento Geral do Brasil, 1960.

ALTO URUGUAI

de superfície em função do grau de esgotamento dos solos. Os melhoramentos não são praticados; os adubos orgânicos ou químicos são pouco usados. As culturas de inverno são raras: alguns hectares de trigo podem suceder às associações intensivas de verão sobre as terras ainda ricas. Sobre outros solos, as terras não trabalhadas e não aproveitadas no período frio permitem uma fraca reconstituição da fertilidade original. Após um número variável de anos, segundo a fertilidade inicial dos solos de floresta (de 10 a 30 anos), o colono deixa repousar suas terras mais esgotadas por um período de quatro ou cinco anos. É a origem da "capoeira", primeiro estrato de reconstituição da floresta primitiva. Inculta igualmente ela é retomada em seguida pelas queimadas para ceder lugar a um novo ciclo de culturas mais curto e ainda mais esgotante.

Esta prática de cultivos intercalares está tão fortemente enraizada que o colono reserva alguns ares exclusivamente para plantas como a cana de açúcar, a alfafa e o fumo que não se coadunam numa associação com o milho. Junto à casa, o jardim de pequena extensão é o único pedaço de terra que recebe regularmente os adubos orgânicos. Algumas árvores frutíferas esparsas, às vezes um parreiral, completam o conjunto das culturas da exploração colonial. A floresta colonial, enfim, constitui uma reserva de lenha, de tábuas, de estacas, para exploração e, quando ela é suficientemente extensa, para novas "roças" que serão preparadas, como no passado, pelo sistema de queimadas. Muito exígua e dispersa para permitir uma exploração sistemática, ela

não dá margem, senão excepcionalmente, à venda de madeira.

Até aqui esses sistemas de culturas não são originais, porque os policultores tradicionais do Brasil meridional os praticam correntemente. A verdadeira originalidade da agricultura colonial deve ser procurada alhures: na intensidade do trabalho humano e nas atividades comerciais que os colonos desenvolveram após dois ou três decênios. De um lado com efeito a importância e a minúcia de certos métodos culturais, como as capinas repetidas e as arações associam muito curiosamente verdadeiras práticas de jardinagem aos princípios elementares de afoilhamento que precedem. A mecanização se reduz a um arado de lâmina, uma grade e, às vezes, uma capinadeira além da tradicional carreta de quatro rodas. O essencial desses trabalhos é feito à enxada. Fato relativamente raro no Brasil, a mulher e os filhos dos colonos participam dum ajuda maciça no trabalho dos campos durante o verão. O resultado desses esforços se observa nos rendimentos das culturas de exploração colonial onde, apesar do esgotamento dos solos, registram-se médias de 10 quintais/hectare, para o feijão e a soja, 15 quintais/hectare para o milho e 10 a 12 toneladas/hectare para a mandioca. Por medíocres que eles possam parecer, esses rendimentos não são menos nitidamente superiores do que os obtidos pelo agricultor brasileiro em geral.

Uma cultura comercial, por outro lado, está muito desenvolvida nos municípios ocidentais após vinte anos: o soja branco. Não podemos, entretanto, considerá-la como uma verdadeira especialização, porque é sempre praticada de forma intercalar. Na origem de grandes esperanças em 1945, esta leguminosa de verão certa-

mente enriqueceu os solos em nitrogênio, mas teve o inconveniente de aumentar ao longo dos anos o desequilíbrio dos calendários de culturas e o esgotamento dos solos em fosfato e fósforo. As outras culturas destinadas à venda direta não são mais do que excedentes da policultura clássica (feijão, um pouco de mandioca, abóbora) ou estão ainda na fase de ensaio, como o tungue, por exemplo. A colheita do mate cujas árvores são geralmente conservadas quando das queimadas, completa, às vezes, a comercialização dos produtos vegetais de exploração colonial.

A suinocultura, por outro lado, constitui a especialização por excelência do conjunto dessas colônias, mais particularmente dos municípios orientais. A maior parte da produção de milho, do soja negro e da mandioca é absorvida pelos 30 ou 40 porcos que possui toda a propriedade colonial de 20 a 25 hectares. Praticada em chiqueiro e orientada para a engorda, essa criação é então estreitamente associada à agricultura. Sob esse aspecto, ela contrasta nitidamente com a pecuária bovina de campo aberto, da qual se exige apenas alguns litros de leite e a força de tração. A estabulação noturna das vacas durante as noites frias de inverno nem mesmo deu margem à constituição da estrumeira entre esses camponeses de origem europeia.

A intensidade dessas produções e a minúcia das maneiras culturais variam, em função inversa da extensão das superfícies possuídas, como o demonstra o diagrama nº 1. Quando possui menos de 15 hectares, como é principalmente o caso no oeste, o colono diminui as pastagens naturais e as reservas de floresta em proveito das culturas. Algumas rotações podem aparecer entre as pastagens e os campos cultivados. Ao contrário, nas

explorações com mais de 45 hectares, a parcela relativa das culturas diminui com referência à pecuária em campo natural.

Esses sistemas de cultura dão a impressão de ainda não terem atingido um estado de perfeito equilíbrio. O colono associa ainda os métodos policulturais europeus, baseados na intensidade do trabalho humano, às técnicas semi-extensivas adotadas localmente. Entre essas, as queimadas e a rotação elementar entre campos cultivados e extensos pousios, a fraqueza dos melhoramentos e das fertilizações, a raridade das seleções de sementes e a ausência de luta sistemática contra a erosão, levaram fatalmente a um esgotamento crescente dos solos. De fato, notamos que o colono se apegava tanto mais a seu lote original e aceita mais facilmente a divisão quanto mais férteis forem os solos. A comparação das figuras nº 2 e nº 3 é, sob esse aspecto, muito significativa: Ela mostra que a parte noroeste, onde as pequenas propriedades são mais numerosas, corresponde a um solo muito fértil do tipo mull eutrófico de floresta sobre sub-solo basáltico e sob floresta tropical. Ao contrário, o leste e o sudeste do Alto Uruguai, menos favorecidos por seus solos (mull eutrófico sob cobertura de araucárias, oxissolos, litossolos com perfis A-C) e com relevos mais acidentados, não proporcionam a mesma estabilidade entre os colonos.

Ao contrário dos camponeses das antigas colônias, que frequentemente reduziram a policultura clássica em proveito de especializações definidas e estáveis nas explorações geralmente exíguas, os colonos do Alto Uruguai parecem ter permanecido a meio-caminho de uma agricultura europeia do século XIX e das técnicas do agricultor brasileiro tradicional que seus ascendentes adotaram quando dos pri-

Fig. 3

Os grandes grupos de solos do Alto Uruguai (segundo uma publicação da "Divisão de Fomento do Trigo" da Secr. da Agricultura do RGS, 1963).



meiros desmatamentos das florestas Riograndenses.

A casa rural do Alto Uruguai, ilustra perfeitamente a situação atual dessa colonização, dividida entre um meio local muito instável e velhos hábitos europeus. O material mais empregado é ainda a madeira. Vários estratos de habitat são visíveis. A casa inicial do pioneiro é construída sobre estacas e possui um teto de madeira. Ela se compõe de uma ou de duas peças atualmente utilizadas como celeiros de milho. As casas construídas entre 1925 e 1940, mais ou menos, mostram que naquela época, ainda, o empreendimento das nacionalidades de origem era vi-

goroso. Assim, a casa italiana com subsolo e às vezes com um andar, faz contraste marcante com os planos retangulares e as varandas das casas alemãs térreas. Geralmente, esse habitat, que é o mais difundido atualmente, aparece envelhecido e tem a necessidade de reformas. Essas não são realizadas senão localmente, perto das cidades e nos povoados. Aí se encontram também os raros casos de habitação nova que perderam os estilos nacionais em proveito de uma planta mais prática do que é denominado localmente "bungalow". As construções das explorações manifestam, mais ainda do que as casas de mo-

radia, tudo o que essa sociedade rural pode ter de inacabada e de copiada. Nota-se aí, em particular, uma notável adaptação do "galpão" típico das estâncias gaúchas. Baixas e com telhados suavemente inclinados, essas construções que, na Campanha do Sul, servem de habitat e de local de reunião para os peões, de proteção para os arreios e de celeiro, são aqui divididas em três partes, servindo de paiol, de abrigo para a carreta e de estábulo. Este "galpão" é construído de madeira e é mal conservado, enquanto que para o criador gaúcho, há muito tempo é objeto de construções definitivas. Entre as outras construções, o

chiqueiro se situa entre o córrego e a casa. Ainda que simples e de orientação às vezes errônea, essa construção é a única a merecer certos cuidados. Chega a possuir a água corrente que pode estar ausente da moradia.

Conviria naturalmente detalhar essas descrições em função das etnias de origem. Nota-se, em particular, que, em certos municípios de povoamento germânico, as marcas de estabilidade são mais nítidas. Em oposição se situam os habitats dos descendentes de poloneses deixados num triste abandono. Os povoados e as vilas, por sua vez, mostram que essa sociedade rural soube

ALTO URUGUAI

criar locais de reuniões (igrejas, clubes recreativos), escolas, uma infraestrutura comercial elementar e um artesanato muito ativo.

Pois, ao final de quarenta ou cinquenta anos de cultivo, a colonização do Alto Uruguai parece haver atingido um estado de senilidade antes mesmo de ter tido tempo para uma instalação realmente definitiva.

II. UMA SOCIEDADE RURAL EM CRISE:

De fato, a fraqueza dos lucros camponeses e o êxodo rural que afetam o conjunto do Alto Uruguai mostram que esta região está atualmente em plena crise. A análise dessas manifestações nos permitirá, talvez, caracterizar mais exatamente essa sociedade rural.

Alguns relatórios administrativos - muito elementares - dos quais pudemos dispor mostram os pequenos rendimentos da terra nas explorações atuais da região. No início de 1965, as rendas anuais variavam de 2.200 a 3.650 francos para os estabelecimentos de aproximadamente 20 ha. Relacionadas à superfície efetivamente cultivada, essas margens apresentavam um mínimo de 125 francos e um máximo de 235 francos por hectare e por ano. No detalhe, as explorações menores, inferiores a 10 hectares, têm maior rendimento por unidade de superfície. Ao contrário, além de 30 a 35 hectares, os rendimentos por unidade de superfície estacionam ou diminuem para atingir valores muito baixos acima de 50 hectares. Esses dados não fazem senão traduzir o caráter cada vez mais extensivo dos sistemas de cultivo à medida que aumenta o tamanho das explorações.

Consideradas sob o ângu-

lo da remuneração do trabalho, essas explorações são também pouco lucrativas. Estimou-se que o trabalhador rural ganha apenas 49% do salário mínimo oficial, ele mesmo já muito baixo. Um recente estudo econômico (1) mostrou, entretanto, que a mão de obra familiar estava em parte sub-ocupada na maioria das explorações. O cálculo, que consiste em subtrair as unidades-trabalhadores realmente necessárias das unidades de trabalhadores disponíveis fez ressaltar margens de sub-ocupação anual variando de 1,9 a 1,1 U.T. nas propriedades de 5 a 40 hectares. Esses dados não fazem senão traduzir a má utilização do trabalho durante o inverno, época na qual os trabalhos dos campos são reduzidos. É certo que o colono poderia diminuir essa sub-ocupação generalizando os cultivos de inverno. Nos absteremos, entretanto, de considerar essa má utilização do trabalho como um mal fundamental da exploração colonial. Com efeito, a frieza estatística parece haver esquecido que o "repouso" hibernar do colono é muito relativo. Além dos cuidados que ele continua a dispensar aos animais, o camponês aproveita os dias frios para melhorar os caminhos, abrir novos campos e efetuar alguns reparos nos prédios da exploração. Os próprios cálculos de rentabilidade são inspirados em critérios que parecem bem pouco adaptados a esta so-

(1) José Itamar Sá: "Utilização da mão de obra e níveis de renda em pequenas propriedades rurais - Santa Rosa, RGS," 1965; Instituto de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Rio Grande do Sul.

ciedade rural subtropical. É bastante razoável, em par-

te, aplicar o princípio das 3.000 horas de trabalho por ano ao agricultor do Alto Uruguai? 2.700 a 2.500 horas nos pareceriam muito mais realistas. Permanece entretanto que, por mais fraca que ela talvez pareça à primeira vista, essa sub-ocupação do trabalho é real.

Ao contrário, é um fator de produção: o capital, que, por fraco que seja, não é desprovido de rentabilidade, como o prova a relação do produto anual ao ativo. Para as explorações compreendidas entre 20 e 30 hectares, ela varia efetivamente de 49 a 155% dando uma média bem aceitável de 91%. Com esse valor, os verdadeiros objetivos do colono se definem: se trata, para ele, de obter a máxima produção possível nos prazos mais curtos e com o mínimo possível de dinheiro. As evoluções a longo prazo e sem rendimento imediato não o interessam. A orientação que ele dá aos escassos benefícios é muito significativa sob esse aspecto. Se desejarmos estabelecer uma ordem preferencial de investimentos do colono, encontraremos, em 1º lugar, a compra de novas terras de florestas no Rio Grande do Sul ou, mais frequentemente, em Santa Catarina e Paraná; em segundo lugar, a compra a crédito de um automóvel; em terceiro lugar, o empréstimo a juros. Viriam em seguida algumas melhorias feitas no habitat e em certos prédios da exploração, como o chiqueiro. Nenhuma ilusão é permitida sob esse aspecto: trata-se de investimentos que visam pouco uma melhoria da exploração.

O trabalho e os investimentos dos colonos do Alto Uruguai parecem pois limitados pela noção fundamental da rentabilidade imediata. Além desse limite ele realiza poucas melhorias. Pressionado por necessidades materiais, pelo esgotamento dos solos ou a falta de terras, ele parte para as ci-

dades ou, mais frequentemente, para outras terras de floresta.

Ao tempo em que mais da metade dos municípios do Alto Uruguai tinha, em 1960, uma população rural inferior àquela que se poderia esperar de seu crescimento natural desde 1950, a população urbana da região, ao contrário, foi acrescida em mais de 350% entre os dois últimos recenseamentos. Esta evolução foi mais sensível nos centros de colonização secundários que, de simples povoados em 1950 transformaram-se em cidades com mais de 3.000 habitantes 10 anos mais tarde (Três Passos, Frederico Westphalen, Três de Maio, Tenente Portela). Dois centros de colonização principais, Santa Rosa e Erechim, abrigam atualmente mais de 12.500 e 25.000 habitantes embora não fôssem senão "grandes vilas" em 1950. Os novos cidadãos se tornaram artesãos, comerciantes e operários de fábricas ou de empresas de transportes.

Uma outra forma de êxodo rural, infelizmente ignorada das estatísticas, se manifesta pelas migrações maciças de colonos para as terras de floresta do oeste de Santa Catarina, do Paraná e mesmo do Mato Grosso. Este êxodo é tão antigo como a colonização do Alto Uruguai. Ele foi iniciado pelos elementos brasileiros que partiam após terem cortado e vendido a madeira de seus lotes do Rio Grande do Sul. Verdadeiros colonos desejosos de cultivar as terras de floresta ainda virgens os seguiram. São eles, frequentemente, jovens casais que partem para se instalar sobre as terras que os pais adquiriram há vários anos de empresas privadas de colonização de Santa Catarina e do Paraná. Sua partida nem sempre era precedida da venda dos antigos lotes que continuam a abrigar a família composta pelos pais e, às vezes, de um filho ca-

sado. Mas existem, também, numerosos casos de famílias inteiras que abandonam o Rio Grande do Sul impulsionadas por uma força que não provém somente da miséria. Até 1964, com efeito, as terras virgens do oeste de Santa Catarina e do Paraná valiam 2 a 4 vezes menos do que aquelas do Rio Grande do Sul. Em lugar de permanecer sobre seus lotes de terras esgotadas que os teriam obrigado a investimentos de muito mais do que os colonos do Alto Uruguai acharam mais lógico adotar a solução brasileira por excelência: a migração para outras terras, virgens e baratas. De 100 a 400 famílias partem, assim, anualmente, de cada município da região, à procura das "terras novas", fornecedoras de altos rendimentos, desde 1958 aproximadamente.

Segundo a proximidade geográfica dessas terras e a direção tomada pelos primeiros emigrantes, se estabeleceram verdadeiras correntes de migração inter-florestais. Os municípios ocidentais do Alto Uruguai perdem assim sua população em proveito do Paraná (municípios de Rondon, Toledo, Foz do Iguaçu, Nova Santa Rosa); o oeste e o centro de Santa Catarina, ao contrário, continuam a atrair os colonos de Erechim e dos municípios vizinhos. Os deslocamentos são feitos principalmente em caminhão, após as colheitas de fim de verão. Durante o inverno que se segue à sua chegada, os colonos efetuam os primeiros desmatamentos. Lá tipos e sistemas de cultura são exatamente os mesmos que os do Alto Uruguai. Não conhecemos senão algumas tentativas, nem sempre coroadas de sucesso, para a cultura do café.

Há vários meses, essas migrações diminuem de intensidade. A razão é simples: um hectare de terra boa vale, atualmente, de 150.000 a 200.000 (*) cruzeiros no Pa-

raná ou em Santa Catarina. No Rio Grande do Sul, de 200.000 a 300.000 (*) cruzeiros. A este aumento do preço das terras, uma outra razão se uniu para tornar mais lentas as partidas: o saco de milho se vende a 1.500 (*) cruzeiros nos estados do norte contra 6.000 (*) cruzeiros no Rio Grande do Sul. A produção do oeste do Paraná e de Santa Catarina tende a ser vendida, agora, no Rio Grande do Sul. Essas contracorrentes comerciais, norte-sul, não fazem senão preceder de alguns meses os primeiros retornos de colonos para os antigos lotes gaúchos. Assim, as vagas de entusiasmo iniciais diminuem ao passo que a desorganização ou a miséria crescem nas famílias camponesas do Alto Uruguai: em suma a crise dessa Sociedade rural promete ingressar numa verdadeira fase de paroxismo no decurso dos próximos anos.

III. O PÊSO DE UM ISOLAMENTO

As dificuldades atuais dos camponeses do Alto Uruguai aparecem, então, ligadas, a dois problemas fundamentais. O primeiro se relaciona ao próprio princípio da colonização, que foi integralmente respeitado: aquele que consistiu em distribuir lotes de 25 ha somente a famílias coloniais comprovadamente prolíficas. É certo que essas concessões não foram suficientes para fixar os descendentes dos pioneiros. O resultado foi a partida dos jovens. O êxodo de uma parte da população ativa se desempenhou o papel de válvula de segurança, pouco facilitou, entretanto, a reconversão e a modernização das explorações agrícolas deixadas aos cuidados de camponeses idosos e em parte analfabetos. Além do mais, a forte declividade das vertentes cultivadas junto ao rio

(**) As cifras referentes a Cr\$ devem ser reduzidas a seu valor atual, com a supressão dos três últimos algarismos.

Uruguai constitui um sério obstáculo à mecanização.

Vista desse ângulo, a questão seria das mais clássicas e seríamos tentados a relacionar a atual situação do Alto Uruguai àquelas das médias montanhas européias no século XIX. Mas existe, como vimos, um outro problema que não é mais europeu e sim tipicamente brasileiro: relaciona-se às técnicas e aos princípios mesmo de valorização do solo. Tais empréstimos de técnicas "cablocas" são antigos, pois datam das primeiras fases da colonização rio-grandense. Estavam eles ainda em vigor nas antigas colônias ao início deste século. Em outras palavras, o colono do Alto Uruguai não deu nenhuma contribuição nova aos métodos de cultivo tomados dos primeiros desbravadores, exceto a introdução da cultura do soja e do desenvolvimento da criação de porcos. É essa incapacidade em criar formas estáveis e novas de exploração do solo que se trata de compreender.

Desde o início da colonização, o pioneiro encontrou dificuldades que desencorajaram pouco sua instalação definitiva. Os atrasos relativos às delimitações dos lotes, a má distribuição das terras em função da topografia, a imprecisão dos títulos de propriedade, a ausência ou a insuficiência dos auxílios técnicos conduziram a uma incerteza inicial na apropriação e utilização do solo. Essas más condições criaram no colono, instabilidade e uma mentalidade de benefício imediato, muito próxima daquela de

(*) Atualmente 150, 200, 300, 1, 5 e 6 cruzeiros

nossos agricultores arrendatários que não fazem mais do que passar por uma terra que eles não possuem e que não têm nenhum interesse em manter.

No caso do Alto Uruguai, esses problemas adquiriram uma amplitude desconhecida até então porque a região estava isolada. Esse isolamento foi temido pela administração que, justamente havia decidido colonizar inicialmente somente os setores servidos pela via férrea: Erechim e sua região; após, Santa Rosa. O sucesso da colonização muito rapidamente ultrapassou esses limites. O camponês ele mesmo se isolou, precedendo, a título geralmente ilegítimo, o povoamento oficial. Foi essa uma evolução perigosa, como o demonstra a situação presente. Atualmente, duas linhas férreas de bitola estreita constituem os únicos escoadores permanentes para Porto Alegre. Não existem mais de 30 km de estradas asfaltadas nas novas colônias. Um caminhão necessita de 20 a 25 horas para unir as margens do Guaíba às do rio Uruguai, com bom tempo. No inverno, as estradas de terra, mal ou não ensaiadas, tornam-se frequentemente impraticáveis após um dia de chuva. Esse isolamento privou o Alto Uruguai de uma preciosa possibilidade de evolução, fechando-lhe em grande parte os mercados de Porto Alegre e das grandes cidades rio-grandenses. São sempre as velhas colônias que continuam a aprovisionar esses mercados urbanos. Nessas condições, foi para os mercados de Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro que o Alto Uruguai se voltou. Eles obrigam a percursos de 800 a 2.000 km, por rodovia principalmente. Adivinha-se facilmente que essas condições de mercado submeteram rapidamente o colono ao mundo rural não agrícola dos transportadores e dos industriais... E a que preços!

A escala local, o colono passa assim por dois intermediários de "longos dentes". O comerciante, estabelecido nos lugarejos e po-

ALTO URUGUAI

voados, é por excelência o grande parasita dessa sociedade rural isolada. Com efeito do seu estabelecimento dependem funções tão variadas como lucrativas de entreposto, de transporte, de venda de produção, de mercearia por atacado, de bar... A esse comerciante, o colono compra os artigos de mercearia, as sementes, as ferramentas que pagará... após a colheita. Como garantia ele assina os famosos "vales", espécie de bônus emitidos sobre o valor da colheita, os quais são vendidos pelo próprio comerciante. No momento do acerto de contas adivinha-se facilmente que as vendas do colono, agravadas pelo imposto e pelo transporte, não pesam muito face às compras anuais que o comerciante, freqüentemente, tomou cuidado de aumentar... A origem dos lugarejos e povoados é também muito instrutiva quanto ao papel do comerciante no seio dessa sociedade rural. Apesar de que imaginemos candidamente ter sido a igreja, a escola ou o clube dominical que precederam o agrupamento, a história de vários desses agrupamentos nos convenceram, ao contrário, que é o comerciante quem está freqüentemente na origem dos mesmos. Astucioso, ele possibilita a construção de uma igreja ou de uma escola; alguns exemplos nos mostraram que eles chegaram até a construir um desses estabelecimentos.

Em escala maior, as sociedades anônimas instaladas nas cidades coloniais ou vizinhas das colônias comandam as grandes alavancas da evolução da sociedade rural. Não contamos senão uma cooperativa entre os nove frigoríficos existentes no Alto Uruguai. Esses estabelecimentos são instalados quando a rede de es-

tradas permite e a criação de porcos está praticamente sob sua dependência. Ocorre o mesmo para as seis usinas de refinamento de oleaginosas cuja concentração no Oeste explica diretamente a repartição geográfica da cultura do soja. Ao contrário do comerciante, esses estabelecimentos desempenham, incontestavelmente, um papel positivo no seio da sociedade rural introduzindo novos métodos de cultura e oferecendo aos colonos ajuda técnica e, às vezes, financeira. Mas esta medalha tem um reverso: o camponês deve destinar a totalidade de sua produção à usina e reembolsar as ajudas quando dos acertos do fim da colheita. Aí também a margem de discussão que lhe é oferecida é das mais reduzidas.

Mas o isolamento do colono não é somente geográfico e comercial. Ele existe também nas mentalidades que permaneceram simultaneamente individualistas e tingidas de um nacionalismo longínquo muito surpreendente. Sob esse último ponto de vista a colonização oficial não conseguiu dispersar os colonos de origem estrangeira a fim de evitar um enquistamento cujas graves consequências conhecemos no início deste século. A instalação dos novos pioneiros foi feita, efetivamente, por grupos, no dia a dia, em lotes delimitados às pressas. Como esses grupos se apresentavam sempre compostos por elementos linguisticamente homogêneos, a colonização reconstituiu núcleos de origens italiana, alemã, polonesa ou brasileira. Enquanto esses últimos, excelentes criadores mas sofríveis agricultores, periclitavam ou partiam após haver explorado somente as madeiras de suas terras, os outros se isolavam.

Quando os imigrantes mais recentes de origem estrangeira juntaram-se lhes, tratava-se sobretudo de

não-rurais (operários de usina, funcionários) incapazes de acrescentar o que quer que fosse de novo às práticas culturais tradicionais. Nessas condições, não restava, a essa sociedade rural isolada e separada, senão uma possibilidade de evolução: aquela que limitava na imitação dos raros exemplos de progressos que podia conseguir. O drama era que os bons exemplos não abundavam muito e que não eram sempre seguidos. A massa da sociedade rural se encontra atualmente entre dois tipos de líderes, dos quais não soube conciliar os ensinamentos um pouco contraditórios. Existe primeiramente, o líder colono que ensina a prudência, perpétua o mito da floresta e dá o exemplo da intensidade do trabalho humano nas explorações de pequeno porte. Ele talvez possa estar na origem da introdução de novas culturas, como foi o caso do soja. Entretanto, se os tipos de cultura puderam se enriquecer espontaneamente no seio da sociedade rural, o mesmo não aconteceu com as técnicas, que permaneceram antiquadas. Essa última insuficiência deve-se certamente, ao desejo de investir o menos possível na exploração. Mas ela se explica também por uma atitude de recusa ou de desconfiança oposta ao segundo tipo de líder: o engenheiro agrônomo e o veterinário que, delegados junto ao colono pelos órgãos governamentais, lhe parece muito freqüentemente como os representantes de uma sociedade gaúcha tradicional, sob esse aspecto, um pouco estrangeiros e vagamente hostis.

Eis aí uma atitude notável e que uma observação superficial, aparentemente confirmada pela tenacidade dos dialetos não portugueses, atribuirá facilmente a um nacionalismo sobrevivente a três ou quatro gerações. Essa desconfiança, que não é somente

te camponesa, não reflete, em verdade, uma hostilidade, mas antes um certo sentimento de inferioridade e mesmo de opressão do colono frente ao meio gaúcho tradicional. Deve ser compreendido, efetivamente, que, para o colono, o gaúcho é o grande proprietário criador que manifesta um certo desprezo para com os colonos. Estes também foram um pouco perseguidos durante a última guerra mundial. Para nosso propósito, importa menos julgar essas atitudes do que frisar as deploráveis consequências: o colono, ou se recusa a seguir os conselhos vindos do exterior ou, melhor, tenta grosseiras aplicações dos ensinamentos mal assimilados por falta de contatos ou de confiança.

Torna-se necessário, finalmente, para provar definitivamente o papel fundamental do isolamento, observar o que sucedeu à sociedade colonial ao redor das cidades que conheceram o grande crescimento de população descrito mais acima. Em particular, as duas cidades de Santa Rosa e de Erechim constituem atualmente, nas duas extremidades da região, remarcáveis polos de crescimento. As facilidades de comunicação e o contato com o campo romperam, precisamente aí, o isolamento em todos os seus aspectos. Num raio de alguns quilômetros ao redor das aglomerações urbanas, aparecem mudanças sensíveis no meio rural. A extrema divisão das propriedades é compensada pela especialização das produções (legumes, frutas, leite) e das técnicas culturais nas quais as noções de afolhamento e de rotação são conhecidas e praticadas. Nesse meio, dois organismos oficiais de crédito e de assistência rural (2) substituíram o autofinanciamento tradicional e são apoiados por uma população jovem e alfabetizada. A rede de intermediários foi em

parte rompida pela organização de 93 cooperativas agrícolas (fig. 4).

Mas, sobretudo, um melhor conhecimento dos mercados, das novas técnicas de produção e das facilidades de crédito oferecidas pelo Banco do Brasil conduziram a novas formas de migrações, cuja importância foi muito mal apreendida até aqui. Trata-se, com efeito, de um verdadeiro início de invasão do "campo" pelo antigo colono que se tornou um "granjeiro", i. e., um fazendeiro de grandes explorações de trigo e de soja sobre as terras alugadas aos criadores. Essa conquista foi iniciada em 1947, quando o governo federal decidiu financiar amplamente a cultura do trigo no Rio Grande do Sul. Em 1955, uma espécie de frente pioneira agrícola existia e opunha o tradicional criador gaúcho aos colonos plantadores de origem estrangeira, alemães, e italianos sobretudo. Atualmente, os municípios de campo vizinhos à região colonial consagram mais de 132.000 hectares à grande

cultura mecanizada (3). Deste total, 95.000 hectares estão em mãos de antigos colonos. Todos esses colonos passaram, de várias maneiras, pela cidade.

(2) A ASCAR ou Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural e o Banco do Brasil (Seção Agrícola).

(3) Essas cifras referem-se somente às explorações de campo com mais de 35 hectares.

Nessa oportunidade eles puderam romper seu isolamento, abandonar o velho mito da floresta e enfrentar não sem sucesso, mas sem nenhuma violência, o primeiro ocupante, o criador gaúcho.

Finalmente, a região do Alto Uruguai se encontra atualmente na situação das velhas colônias no início do século. Naquela época, o isolamento da maioria dos camponeses se traduzia também pelos mesmos erros, pelas mesmas crises de rendimento e por migrações similares para as cidades

ou para outras terras de floresta, precisamente aquelas do Alto Uruguai e, também, de Santa Catarina. Mas, nessa época também, existia uma abertura para o campo para aqueles que tinham a oportunidade de passar pela cidade e aí aprender que as terras de campo se prestavam, elas também, às culturas e, em particular, à orizicultura irrigada. Esta última atividade deve, em parte, sua grande difusão atual na depressão central e sobre os terraços da laguna dos Patos, à invasão do campo pelos colonos.

Assim o colono do Alto Uruguai, isolado e pressionado sobre suas terras esgotadas e divididas, não está longe de atrair a verdadeira revolução agrária ao Rio Grande do Sul. Ele hesitou muito ante as terras de campo que lhe pareciam inaccessíveis e sobretudo impróprias à cultura. Penetrou aí porque não pode migrar para outras terras de floresta, porque começava a romper seu isolamento e também porque era muito ajudado pelos órgãos oficiais

brasileiros. Então, após ter adotado uma primeira solução americana, aquela da famosa "chama pioneira" descrita por Monbeig, o camponês das novas colônias do Rio Grande do Sul parece querer retomar a si o papel de um outro agricultor europeu em América: aquele dos colonos dos Estados Unidos. Pensamos, então, nas descrições de Baulig mostrando os anos de hesitação dos pioneiros diante de uma paisagem sem árvores, período seguido de rápida colonização da pradaria pelas culturas. No Rio Grande do Sul foi dado o primeiro passo nesse sentido. Uma evolução simultaneamente espontânea e dirigida parece que deverá subsistir à solução cirúrgica de uma reforma agrária por desapropriação e redistribuição das terras. É certo que os velhos erros de uma colonização ávara em terras de floresta se esfumam, simultaneamente com o atraso das técnicas e os dialetos dos colonos, se o isolamento desses camponeses for rompido.

